

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.
- As questões desta prova devem ser resolvidas exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

-- PROVA OBJETIVA --

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PENAL

Questão 1

A respeito da repartição de receitas tributárias, julgue os itens seguintes, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- I Se a União exercer a competência tributária residual, parte dessa receita arrecadada deverá ser repartida com estados e o Distrito Federal.
- II Parte do que seja arrecadado pelos estados a título de ICMS deve ser repartido com municípios.
- III As receitas arrecadadas pela União a título de IPI não se sujeitam à repartição com os entes subnacionais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 2

No que concerne aos aspectos da tributação, é correto afirmar que a relação tributária constitui

- A uma relação de poder decorrente da soberania estatal e que deve ser externada por meio das competências tributárias exemplificativas previstas na CF, voltadas à descentralização da tributação.
- B uma relação de poder que, decorrente da soberania estatal, deve ser externada por meio das competências tributárias taxativamente previstas na CF, voltadas à centralização da tributação.
- C uma relação jurídica decorrente da soberania estatal e que deve ser externada por meio das competências tributárias taxativas previstas na CF, voltadas à descentralização da tributação.
- D uma relação jurídica que, decorrente da soberania estatal, deve ser externada por meio das competências tributárias exemplificativas previstas na CF, voltadas à descentralização da tributação.
- E uma relação de poder decorrente da soberania estatal e que deve ser externada por meio das competências tributárias taxativas previstas na CF, voltadas à descentralização da tributação.

Questão 3

O diferencial de alíquota (DIFAL) do ICMS, que deve ser recolhido quando em jogo operações interestaduais de circulação de mercadorias, consiste na diferença entre

- A a alíquota interna do estado remetente e a alíquota interestadual, que, nos casos de operação com consumidor final não contribuinte habitual desse imposto, deverá ser paga pelo remetente da mercadoria, sendo prescindível a prévia disciplina em lei complementar.
- B a alíquota interna do estado remetente e a alíquota interestadual, que, nos casos de operação com consumidor final não contribuinte habitual desse imposto, deverá ser paga pelo destinatário da mercadoria, sendo prescindível a disciplina prévia em lei complementar.
- C a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual, que, nos casos de operação com consumidor final não contribuinte habitual desse imposto, deverá ser paga pelo remetente da mercadoria, com base em lei complementar.
- D a alíquota interna do estado remetente e a alíquota interestadual, que, nos casos de operação com consumidor final não contribuinte habitual desse imposto, deverá ser paga pelo remetente da mercadoria, com base na prévia disciplina em lei complementar.
- E a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual, que, nos casos de operação com consumidor final não contribuinte habitual desse imposto, deverá ser paga pelo destinatário da mercadoria, com base na prévia disciplina em lei complementar.

Questão 4

Assinale a opção em que são corretamente apresentadas as duas estruturas em que se divide a norma jurídica conforme a regra matriz de incidência tributária.

- A antecedente, em que figuram os critérios espacial, temporal e quantitativo; e consequente, em que figuram os critérios material e pessoal
- B antecedente, em que figuram os critérios espacial, temporal e pessoal; e consequente, em que figuram os critérios material e quantitativo
- C antecedente, em que figuram os critérios espacial, temporal e material; e consequente, em que figuram os critérios pessoal e quantitativo
- D antecedente, em que figuram os critérios espacial e pessoal; e consequente, em que figuram os critérios temporal, material e quantitativo
- E antecedente, em que figuram os critérios espacial e temporal; e consequente, em que figuram os critérios material, pessoal e quantitativo

Questão 5

A respeito dos princípios jurídicos da tributação, julgue os seguintes itens.

- I De acordo com o princípio da anterioridade, é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os houver instituído.
- II Segundo a jurisprudência do STF, o princípio da proporcionalidade possui aplicabilidade em relação às multas tributárias, circunstância que implica a inconstitucionalidade de multa que supere o valor do tributo.
- III O princípio da isonomia, em matéria tributária, não serve à extensão de benefício fiscal pelo Judiciário, sob pena de ofensa à separação dos Poderes.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 6

A respeito dos tributos estaduais, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a legislação do estado de Roraima, o fato gerador do IPVA, independentemente de o veículo ser novo ou usado, ocorre no dia 1.º de janeiro de cada exercício.
- B** A legislação do estado de Roraima prevê, exhaustivamente, a competência tributária do estado para instituir impostos e taxas.
- C** Segundo a legislação do estado de Roraima, o ITCMD incide sobre as transmissões de bens ou direitos legados ou doados às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- D** O ITCMD, assim como o ICMS, são tributos cumulativos, por isso não admitem a sistemática de compensação entre créditos e débitos.
- E** Atualmente o IPVA tem sido cobrado com base apenas nas legislações estaduais, porquanto ainda não foi editada lei complementar nacional que discipline normas gerais relativas a esse tributo.

Questão 7

No que diz respeito a imunidade tributária e isenção, assinale a opção correta.

- A** A imunidade tributária recíproca contempla autarquias e fundações, não se aplicando a sociedades de economia mista e empresas públicas.
- B** A imunidade religiosa alcança somente os bens diretamente utilizados para atender às necessidades das entidades religiosas.
- C** A imunidade deve ser veiculada por meio de lei complementar ou ordinária e impede que o ente público cobre tributo sobre determinada situação.
- D** A isenção tributária é regra de não incidência constitucionalmente qualificada que protege bens e pessoas contra o poder de tributar dos entes federados.
- E** O reconhecimento da imunidade de obras musicais nacionais condiciona-se à realização da produção musical no Brasil.

Questão 8

No que concerne à obrigação, ao lançamento e à responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

- A** Constitui hipótese de responsabilidade tributária a previsão de retenção do tributo pela fonte pagadora em relação ao contribuinte que auferir receita ou recebe rendimentos.
- B** As hipóteses de responsabilidades tributárias devem ser previstas em lei ou ato infralegal cujo teor vincule ao pagamento do tributo um terceiro indiretamente relacionado à conduta prevista na norma primária.
- C** A obrigação tributária acessória tem por objeto o pagamento de penalidade pecuniária.
- D** A obrigação tributária principal decorre da legislação tributária e pode ter como objeto o pagamento de tributo.
- E** O lançamento por declaração é caracterizado pelo predomínio da atuação do sujeito passivo, cabendo à autoridade fiscal apenas apurar as informações prestadas, para, ao final, promover ou não a chancela dos atos praticados pelo contribuinte.

Questão 9

Acerca de elisão e evasão tributária, assinale a opção correta.

- A** No âmbito do direito tributário, simulação e dissimulação são termos sinônimos, ambos incluídos na esfera ilícita da evasão fiscal.
- B** A doutrina legalista da elisão fiscal valoriza a livre iniciativa, sustentando que o contribuinte pode fazer o que não está vedado em lei.
- C** Não há, no Código Tributário Nacional vigente, previsão de mecanismo direcionado à evasão fiscal, sendo todos os mecanismos previstos relacionados à elisão fiscal.
- D** O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do preceito legal previsto no Código Tributário Nacional que permitia à autoridade administrativa desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.
- E** A elisão fiscal tem como pressuposto um ato lícito, razão por que devem ser considerados legítimos todos os atos de planejamento tributário.

Questão 10

Julgue os seguintes itens, em relação aos crimes contra a ordem tributária.

- I Em razão da indisponibilidade do interesse público em relação à tributação, o princípio da insignificância é inaplicável ao direito tributário, de modo que o ilícito tributário deve alcançar as infrações de menor gravidade.
- II Os crimes materiais contra a ordem tributária pressupõem a supressão ou a redução de tributo.
- III Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os responsáveis por empresas que não repassarem ao estado o valor recolhido de ICMS cobrado no preço de mercadorias poderão ser processados pelo crime de apropriação indébita tributária, se evidenciados a contumácia e o dolo de apropriação do tributo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 11

Acerca de infrações no Direito Tributário, julgue os itens a seguir.

- I A norma jurídica possui estrutura dúplice, prevendo um comportamento e uma sanção. A sanção constitui a norma primária, por se tratar de finalidade da norma penal; o comportamento (proibição, obrigação ou permissão) configura a norma secundária.
- II O Direito Tributário Penal, ramo do Direito Tributário, considera a infração administrativa e, por isso, se aproxima do Direito Administrativo. Neste ramo, a atuação do Poder Judiciário é incidental. Por outro lado, o Direito Penal Tributário cuida dos crimes contra a ordem tributária e, nessa esfera, a intervenção judicial é obrigatória.
- III O artigo 113, § 3.º, do CTN, dispõe que a obrigação acessória se converte em obrigação principal, no que tange à penalidade pecuniária imposta quando de seu descumprimento.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item III está certo.
B Apenas os itens I e II estão certos.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 12

Com relação ao crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal, assinale a opção correta.

- A** Para efeitos de tipificação do descaminho, equipara-se às atividades comerciais qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, exceto aquele exercido em residências.
- B** O crime de descaminho é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.
- C** A conduta de importar ou exportar mercadoria proibida é punida como crime de descaminho.
- D** Aplica-se a mesma pena aplicável ao crime de descaminho a quem pratica navegação de cabotagem fora dos casos permitidos em lei.
- E** A pena do crime de descaminho é aplicada com aumento da metade se o delito é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

Questão 13

No que se refere à classificação doutrinária de delitos aplicável à legislação dos crimes contra a ordem tributária, julgue os itens seguintes.

- I Os crimes funcionais são crimes próprios, uma vez que são praticados por funcionários públicos no exercício de suas funções.
- II Particulares não podem praticar crimes funcionais, motivo pelo qual a Lei n.º 8.137/1990 previu crimes específicos praticados por particulares.
- III A tipificação de um ilícito tributário se restringe a infrações de maior potencial lesivo, deixando-se as infrações de menor gravidade para a esfera administrativa.
- IV Os crimes contra a ordem tributária são eminentemente dolosos, de modo que a simples falta de recolhimento de tributo ou recolhimento a menor, sem o intuito de sonegar, não caracteriza crime.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 14

Acerca de crimes fiscais, julgue os itens que se seguem.

- I Nos crimes de sonegação fiscal e demais condutas que têm em comum a falsidade, previstos na Lei n.º 8.137/1990, a punição somente é aplicável em caso de não pagamento do tributo.
- II Nas hipóteses de recolhimento de tributo na fonte, a conduta da fonte retentora de apropriação indébita é punida porque há uma violação da confiança depositada pelo Estado quanto à responsabilidade de repasse de valores retidos.
- III Quanto ao ICMS declarado e não pago, há tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal segundo a qual o contribuinte que deixa de recolher, de forma contumaz e com dolo de apropriação, o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou do serviço incide no tipo penal do art. 2.º, II, da Lei n.º 8137/1990.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item III está certo.
B Apenas os itens I e II estão certos.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 15

Considerando as disposições da Lei n.º 8.137/1990 e do Código Penal sobre os crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta.

- A** O crime de patrocínio, direto ou indireto, de interesse privado perante a administração previdenciária somente pode ser cometido por particular.
- B** No crime de sonegação de contribuição previdenciária, mesmo que o agente confesse o seu comportamento e preste as informações devidas à previdência social antes do início da ação fiscal, a punibilidade da conduta não é extinta.
- C** Não está prevista na Lei n.º 8.137/1990 a tipificação da sonegação de contribuição previdenciária, ficando a cargo do Código Penal a criminalização de tal conduta.
- D** Os crimes formais pressupõem um resultado naturalístico consistente na efetiva supressão ou redução de tributos e contribuições.
- E** A pena aplicável à sonegação de contribuição previdenciária é a detenção do agente, o qual pode reduzi-la à metade se restituir em dobro o valor sonegado.

Questão 16

Assinale a opção correta acerca da punição de crimes contra a ordem tributária, à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema.

- A** A pendência de procedimento administrativo-fiscal impede a instauração da ação penal, mas não o início do inquérito policial.
- B** Há entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não se tipifica o crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1.º, incisos I a IV, da Lei n.º 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.
- C** Para a imputação de responsabilidade criminal dos administradores da pessoa jurídica, é dispensável que a autoridade administrativa comunique ao Ministério Público a respeito do crime contra a ordem tributária.
- D** Sem prejuízo da Súmula Vinculante 24 do Supremo Tribunal Federal, enquanto o processo administrativo estiver pendente por iniciativa do contribuinte, não se suspende o curso da prescrição da ação penal por crime contra a ordem tributária.
- E** O lançamento do tributo, pendente decisão definitiva no processo administrativo, constitui fundamento para o início da ação penal.

Questão 17

A respeito dos institutos da evasão e da elisão tributária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Mediante o instituto da elisão tributária, o contribuinte atua de forma a ocultar fato gerador materializado para omitir-se ao pagamento da obrigação tributária devida.
- Ⓑ Por meio do instituto da evasão tributária, há diminuição lícita dos valores tributários devidos, uma vez que o contribuinte evita a relação jurídica que faria nascer obrigação tributária.
- Ⓒ A elisão tributária pressupõe a prática de atos ilícitos vedados em lei.
- Ⓓ A autoridade administrativa não poderá glosar negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- Ⓔ O dispositivo do CTN que permite à autoridade fiscal desconsiderar atos jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo teve sua validade reconhecida pelo STF.

Questão 18

Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 8.137/1990.

- Ⓐ Todos os crimes previstos na Lei n.º 8.137/1990 são formais, pois a ocorrência do resultado naturalístico é prescindível para a sua consumação.
- Ⓑ Os delitos previstos na Lei n.º 8.137/1990 admitem a modalidade culposa.
- Ⓒ Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta de elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
- Ⓓ Constitui crime funcional contra a ordem tributária deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- Ⓔ Os crimes previstos no artigo 3.º da Lei n.º 8.137/1990 são considerados crimes próprios, uma vez que exigem que o sujeito ativo seja exclusivamente um funcionário público, não podendo, em qualquer hipótese, ser cometidos por quem não detém essa qualidade.

Questão 19

No que se refere às figuras da evasão, da elisão, da fraude à lei, da simulação, da dissimulação e do abuso de direito aplicáveis ao Direito Tributário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Enquanto o abuso de direito se revela pela prática de ato com único intuito de frustrar direito alheio, a fraude à lei se configura com a aplicação de uma norma de contorno para se evitar a incidência de norma imperativa.
- Ⓑ Segundo a perspectiva legalista que orienta a análise da elisão tributária, valorizam-se a igualdade, a solidariedade, a capacidade contributiva e a flexibilização da tipicidade.
- Ⓒ Haverá dissimulação nos negócios jurídicos que contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.
- Ⓓ O negócio jurídico simulado é anulável, subsistindo se tiver sido celebrado por partes civilmente capazes.
- Ⓔ Na análise da elisão tributária, a doutrina antiabuso sustenta que o contribuinte pode fazer o que não está vedado em lei, valorizando-se a legalidade e a segurança jurídica.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 1**Questão 20**

Julgue os itens seguintes, acerca de informações relacionadas à gestão digital da informação tributária.

- I O Direito Tributário Eletrônico se destina à análise dos impactos decorrentes da informatização das obrigações tributárias em relação ao Fisco, aos contribuintes e ao Poder Judiciário, bem como à avaliação da legalidade dos atos praticados.
- II Em um ambiente em que se dá a utilização massiva de sistemas de tecnologia da informação pelos Fiscos, a segurança da informação aparece como um grande desafio para os atores envolvidos no processo.
- III Uma das vantagens do Fisco Digital foi o fato de que a sua utilização não demandou alterações significativas nos processos de auditoria adotados pelas Administrações Tributárias.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 21

Assinale a opção que apresenta uma condição aplicável à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

- Ⓐ O acesso à NF-e em formato digital dispensa a utilização de chave de segurança.
- Ⓑ A NF-e não requer autorização prévia de uso pela Administração Tributária do ente da Federação do contribuinte para vir a ter validade jurídica.
- Ⓒ A NF-e não pode ser emitida em regime de contingência pelo contribuinte, que dispõe de um único sistema para proceder à emissão.
- Ⓓ A assinatura digital constante do arquivo eletrônico que contém as informações fiscais da operação comercial visa garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor da NF-e.
- Ⓔ Emitida a NF-e, nenhum outro documento auxiliar será aceito para acompanhar o transporte da mercadoria ao seu destinatário.

Questão 22

Julgue se cada item a seguir corresponde a um documento fiscal obrigatório para os contribuintes que efetuam a prestação de serviços de transporte de cargas.

- I Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e).
- II Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e).
- III Bilhete de Passagem Eletrônico (BP-e).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 23

Julgue os itens seguintes, relativos à informatização e à automatização de procedimentos da Administração Tributária.

- I A disponibilização de serviços e consultas tributários aos contribuintes se dá por meio das agências fazendárias virtuais, que seguem parâmetros de certificação digital capazes de garantir a segurança do acesso e a validade jurídica das transações realizadas no ambiente virtual.
- II O Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) foi criado para resguardar a legalidade da comunicação digital entre os atores que participam do ambiente virtual de atendimento ao contribuinte.
- III Uma das vantagens do Processo Administrativo Fiscal Eletrônico (PAF-e) está na redução da possibilidade de prescrição dos créditos tributários postos em discussão pelo contribuinte.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 24

O Projeto Brasil-ID foi criado com o objetivo de

- A** racionalizar a emissão de documentos fiscais eletrônicos (DF-e) no país.
- B** desenvolver ferramentas voltadas à mineração de dados e à integração de processos no âmbito da administração tributária.
- C** identificar, rastrear e autenticar mercadorias em produção e circulação no país.
- D** incentivar a participação popular a partir do desenvolvimento de ações voltadas ao exercício da cidadania tributária.
- E** estimular o desenvolvimento de aplicativos voltados à prestação de serviços de consulta e comparação de preços no varejo.

Questão 25

O foco dos programas de estímulo ao exercício da cidadania fiscal no Brasil tem se voltado a

- A** investir no papel fiscalizador do cidadão por meio do conhecimento das atividades principais da administração tributária.
- B** tornar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos (DF-e) o mais simples possível para o contribuinte.
- C** incentivar o cidadão a solicitar o documento fiscal e a compreender a função social do tributo.
- D** desburocratizar o processo de cobrança e arrecadação de impostos.
- E** desenvolver ferramentas que melhorem a interação fisco-contribuinte.

Questão 26

Assinale a opção em que é apresentado o padrão que deve ser utilizado pelo contribuinte para a elaboração do arquivo digital da NF-e.

- A** XLTM (*Macro-enabled Spreadsheet Template*)
- B** ODF (*Open Document Format for Office Applications*)
- C** HTML (*HyperText Markup Language*)
- D** XML (*Extended Markup Language*)
- E** PDF (*Portable Document Format*)

Questão 27

A autorização de uso da NF-e será concedida pela administração tributária da unidade federada emitente, que, para o cumprimento dessa função, poderá utilizar-se

- A** de sua infraestrutura tecnológica ou da infraestrutura tecnológica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) ou de outra unidade federada, quando ocorrer a condição de contingência prevista na legislação tributária ou quando for de interesse da unidade federada emitente, por meio de protocolo, independentemente de qualquer condição.
- B** exclusivamente de sua infraestrutura tecnológica.
- C** de sua infraestrutura tecnológica ou da infraestrutura tecnológica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a segunda alternativa ser aceita apenas quando ocorrer a condição de contingência prevista na legislação tributária.
- D** de sua infraestrutura tecnológica ou da infraestrutura tecnológica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) ou de outra unidade federada, devendo a segunda e a terceira alternativas ser aceitas apenas quando ocorrer a condição de contingência prevista na legislação tributária.
- E** de sua infraestrutura tecnológica ou da infraestrutura tecnológica de outra unidade federada, devendo a segunda alternativa ser aceita apenas quando ocorrer a condição de contingência prevista na legislação tributária.

Questão 28

O arquivo transmitido à administração tributária que apresente duplicidade de número de NF-e deve ser

- A** arquivado na administração tributária.
- B** devolvido ao contribuinte para substituição dentro do prazo estabelecido pela administração tributária.
- C** aceito para substituir o arquivo da NF-e de mesmo número encaminhada anteriormente à administração tributária.
- D** rejeitado, podendo ser transmitido novamente à administração tributária pelo contribuinte.
- E** rejeitado, não podendo ser transmitido novamente à administração tributária pelo contribuinte.

Questão 29

A concessão de autorização de uso de uma NF-e por parte da administração tributária implica que

- A** o contribuinte deve ser dispensado de emitir o Documento Auxiliar da NF-e (DANFE).
- B** as informações tributárias contidas na NF-e foram convalidadas.
- C** a NF-e foi emitida sem dolo, devendo ser considerada um documento fiscal idôneo.
- D** o emitente da NF-e se encontra em situação de regularidade fiscal, mas não há garantia de que o destinatário se encontre em idêntica condição.
- E** a NF-e pode ser identificada de forma única, tornando-se válida pelo prazo decadencial definido na legislação tributária.

Questão 30

Assinale a opção que apresenta o tipo de operação que atribui à administração tributária da unidade federada do contribuinte a obrigatoriedade de transmitir a NF-e à unidade federada de destino das mercadorias.

- A** operação cujo destinatário esteja localizado na Zona Franca de Manaus
- B** operação que também contempla serviços sujeitos à incidência de ISSQN
- C** operação interestadual
- D** operação que envolve o embarque de mercadorias para o exterior
- E** operação que envolve a importação de mercadorias do exterior

Questão 31

Assinale a opção que apresenta o livro cuja escrituração deve ser feita em conformidade com as regras do Ajuste que instituiu a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

- A** Livro Registro de Apuração do Custo das Mercadorias Vendidas
- B** Livro-Razão
- C** Livro Registro de Apuração do ISSQN
- D** Livro Diário
- E** Livro Registro de Entradas

Questão 32

Acerca do Documento Auxiliar da NF-e (DANFE), assinale a opção correta.

- A** O DANFE será impresso em 2 vias quando utilizado para acompanhar o trânsito de mercadorias acobertado por NF-e.
- B** É vedada a impressão do DANFE quando o contribuinte estiver operando em situação de contingência.
- C** A unidade federada pode dispensar a impressão do DANFE no trânsito de mercadorias nas operações internas, desde que apresentado na forma determinada pelo fisco.
- D** Não existe restrição quanto ao tipo de papel a ser utilizado para a impressão do DANFE.
- E** O DANFE não pode conter elementos gráficos distintos do código de barras por leitor óptico.

Questão 33

Assinale a opção que apresenta condição considerada impeditiva para o cancelamento de uma NF-e que já tenha sido autorizada para uso pela administração tributária.

- A** A NF-e contempla serviços pendentes de execução.
- B** O pedido do cancelamento não tenha sido acompanhado da Carta de Correção Eletrônica (CC-e).
- C** A circulação da mercadoria já tenha ocorrido.
- D** O pedido de cancelamento tenha sido efetuado de forma extemporânea pelo contribuinte.
- E** Não tenha havido vinculação da NF-e à Duplicata Escritural.

Questão 34

Não podem ser objeto de retificação por meio de Carta de Correção Eletrônica (CC-e) os erros nos campos da NF-e que sejam relacionados a

- I correção de dados cadastrais que implique mudança do destinatário.
- II base de cálculo do imposto.
- III data de emissão.
- IV inclusão de parcelas de vendas a prazo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 35

Assinale a opção que apresenta evento cujo registro junto à administração tributária está a cargo do destinatário da NF-e.

- A** registro de saída
- B** desconhecimento da operação
- C** Carta de Correção Eletrônica de NF-e
- D** pedido de prorrogação
- E** comprovante de entrega da NF-e

Questão 36

Julgue os itens subsequentes, relativos à disponibilização de consulta de NF-e por parte da administração tributária da unidade federada do emitente.

- I A consulta estará disponível a partir do momento em que ocorrer a transmissão do arquivo da NF-e à administração tributária da unidade federada do emitente.
- II A disponibilidade da consulta à NF-e está sujeita a prazo mínimo, consideradas as disposições legais.
- III A consulta à NF-e pode ser efetuada, subsidiariamente, no ambiente nacional disponibilizado pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item III está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 37

O contribuinte que possuir mais de um estabelecimento, a exemplo de filiais, agências, depósitos ou fábricas, terá o seu arquivo digital da Escrituração Fiscal Digital (EFD) recepcionado

- A** no ambiente da unidade federada onde está localizada a sede ou nos ambientes das unidades federadas onde está localizado cada um dos estabelecimentos, a critério do próprio contribuinte.
- B** no portal nacional da Escrituração Fiscal, administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- C** no ambiente da unidade federada onde está localizada a sede.
- D** no ambiente nacional do SPED, administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- E** nos ambientes das unidades federadas onde está localizado cada um dos estabelecimentos.

Questão 38

A Escrituração Contábil Digital (ECD) tem como meta

- A** a substituição de todos os livros contábeis por documentos escriturados em formato digital com certificação ICP-Brasil.
- B** a racionalização e a uniformização das obrigações acessórias para os contribuintes.
- C** tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, tendo por base a melhoria do controle dos processos.
- D** subsidiar a apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.
- E** a promoção da integração dos fiscos a partir da padronização e do compartilhamento das informações contábeis e fiscais.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 2 E CONTABILIDADE GERAL

Questão 39

Acerca da ação fiscal e do levantamento fiscal, julgue os itens a seguir.

- I A fiscalização do ICMS não pode ser iniciada sem a lavratura de Termo de Início de Fiscalização.
- II A falta de escrituração de documentos fiscais pode dispensar a necessidade de lavratura de Termo de Início e de Conclusão de Fiscalização.
- III A apuração do movimento real tributável pode ser realizada por meio de levantamento fiscal e contábil, considerando-se diversas informações, como estoques e despesas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 40

Conforme o Regulamento do ICMS do estado de Roraima, as mercadorias de fácil deterioração apreendidas que não forem retiradas no prazo de até 48 horas devem ser avaliadas pela repartição fiscal e

- A devolvidas ao contribuinte mediante pagamento de taxa.
- B mantidas sob guarda da SEFAZ/RR até o término do processo fiscal.
- C imediatamente destruídas, para evitar danos à saúde pública.
- D vendidas em leilão público, para arrecadação do imposto devido.
- E doadas a instituições de caridade ou de assistência social mediante recibo.

Questão 41

Em uma ação fiscal, a recusa, por parte do contribuinte, da apresentação de livros, documentos ou papéis, ensejará aos agentes do fisco

- A a aplicação de multa proporcional ao valor dos documentos não apresentados.
- B o estabelecimento de novo prazo para apresentação dos documentos, não cabendo a aplicação de outras medidas.
- C a solicitação de auxílio policial para forçar a apresentação imediata dos documentos em geral.
- D o lacre dos móveis e arquivos onde se presume que os documentos estejam armazenados.
- E o encerramento da ação fiscal e o relato do ocorrido à SEFAZ/RR.

Questão 42

De acordo com o RICMS-RR, é dispensável a lavratura do Termo de Conclusão de Fiscalização na situação em que

- A a fiscalização decorre da apreensão de mercadorias em trânsito.
- B a fiscalização resultar em autuação por embarço à fiscalização.
- C o contribuinte já foi fiscalizado nos últimos 12 meses.
- D a fiscalização é encerrada sem lavratura de auto de infração.
- E o contribuinte voluntariamente regulariza as pendências fiscais.

Questão 43

Nos termos do RICMS-RR, o procedimento correto a ser seguido quando o auditor fiscal constata um suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário é

- A considerar o suprimento como um ajuste de capital sem implicações fiscais.
- B registrar o suprimento como receita operacional da empresa.
- C reclassificar o valor como dívida do sócio para a empresa.
- D presumir que o suprimento é resultado de operações tributáveis não registradas e lavrar um auto de infração.
- E encaminhar o caso ao departamento contábil da empresa para regularização.

Questão 44

Com base no RICMS-RR, julgue os itens seguintes.

- I O prazo máximo para a retenção de mercadorias para averiguações é de 7 dias úteis.
- II A ausência de lacre nos móveis ou arquivos durante uma fiscalização impede que os documentos neles armazenados sejam apreendidos.
- III O início do procedimento de fiscalização exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores a este marco temporal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item III está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 45

De acordo com o RICMS-RR, a SEFAZ/RR pode submeter um contribuinte ao Regime Especial de Controle e Fiscalização na situação em que esse contribuinte

- A declare corretamente todas as suas operações fiscais.
- B opere exclusivamente no mercado de exportação.
- C tenha histórico de pagamento pontual de impostos.
- D apresente documentos fiscais com valores notoriamente inferiores ao preço de mercado.
- E solicite voluntariamente adesão ao regime.

Questão 46

Durante uma auditoria, foi verificada na escrituração da empresa Delta S.A. a ocorrência de vendas significativas sem a emissão de notas fiscais.

Nessa situação, de acordo com o RICMS-RR, o auditor fiscal deverá

- A encaminhar o caso ao departamento jurídico para análise.
- B arbitrar o valor das operações não registradas e lavrar um auto de infração.
- C solicitar que a empresa emita as notas fiscais retroativamente.
- D conceder à empresa um novo prazo para a emissão das notas fiscais.
- E advertir verbalmente a empresa e registrar o ocorrido.

Questão 47

Rafael, proprietário da empresa Beta Importações Ltda., foi submetido a uma fiscalização pela SEFAZ/RR. O auditor fiscal Marcos constatou que a empresa realizava regularmente operações de importação de mercadorias sem emitir a devida documentação fiscal de entrada, o que permitia a venda dessas mercadorias sem o recolhimento do ICMS. Marcos identificou ainda que a empresa estava com a inscrição suspensa no Cadastro Geral da Fazenda (CGF).

Nessa situação, de acordo com o RICMS-RR, o auditor fiscal Marcos deve

- A apenas aplicar uma multa por cada operação de importação não registrada e encerrar a fiscalização.
- B apreender as mercadorias importadas e emitir um Termo de Apreensão por falta de documentação fiscal e suspensão da inscrição no CGF, além de lavrar o auto de infração.
- C lavrar auto de infração exclusivamente pela falta de inscrição no CGF.
- D advertir Rafael para regularizar a inscrição no CGF e, posteriormente, reavaliar a situação.
- E considerar as operações de importação como não tributáveis, devido à ausência de inscrição no CGF.

Questão 48

Conforme estabelecido no RICMS-RR, o prazo para a conclusão de uma ação fiscal iniciada com a lavratura do Termo de Início de Fiscalização, considerando-se também a possibilidade de prorrogação, quando justificada e autorizada pelo dirigente que a determinou, é de

- A 90 dias, prorrogável por mais 30 dias.
- B 90 dias, prorrogável por mais 60 dias.
- C 30 dias, prorrogável por mais 30 dias.
- D 60 dias, prorrogável por mais 30 dias.
- E 60 dias, prorrogável por mais 60 dias.

Questão 49

Maria, empresária em Roraima, foi notificada pela SEFAZ/RR para apresentar os livros fiscais e documentos contábeis referentes aos últimos cinco anos de sua empresa. Durante a auditoria, o auditor fiscal João constatou que os documentos fiscais de entrada de mercadorias não estavam registrados na escrita contábil.

Com base no RICMS-RR, o auditor fiscal João deve presumir que

- A ocorreu venda de mercadoria sem o devido registro fiscal, devendo lavrar um auto de infração.
- B a empresa está em conformidade, pois os documentos estavam arquivados.
- C as mercadorias estão em estoque e podem ser regularizadas posteriormente.
- D houve erro administrativo, sem implicações fiscais.
- E a empresa pode regularizar a situação mediante pagamento de taxa.

Questão 50

De acordo com o RICMS-RR, na hipótese de falência ou recuperação judicial do depositário de mercadorias apreendidas, essas mercadorias apreendidas devem ser

- A devolvidas ao contribuinte original.
- B imediatamente leiloadas para pagamento das dívidas fiscais.
- C excluídas da massa falida e removidas para outro local, a critério da autoridade fazendária.
- D vendidas pelo depositário para evitar deterioração.
- E transferidas para a administração do síndico da massa falida.

Questão 51

Em relação ao levantamento quantitativo de mercadorias, julgue os itens seguintes, de acordo com o RICMS-RR.

- I O levantamento quantitativo de mercadorias pode ser realizado sem necessidade de intimação prévia.
- II Eventual intimação para acompanhar o levantamento quantitativo deve ser feita apenas verbalmente.
- III Terminada a contagem, a recusa do contribuinte ou de seu representante de assinar, juntamente com a autoridade fiscal, o documento em que a contagem ficou consignada, implica no reconhecimento da exatidão da contagem realizada pelo fisco.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item III está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 52

Durante uma auditoria fiscal, foi constatado que a empresa XYZ Ltda. não registrou adequadamente os estoques finais de mercadorias no encerramento do exercício.

Tendo como referência essa situação e considerando as práticas contábeis aplicáveis à auditoria fiscal, assinale a opção correta de acordo com o RICMS-RR.

- A A ausência do registro de estoques finais é uma prática comum e não precisa ser corrigida.
- B A empresa deve simplesmente realizar um ajuste na conta de receita para corrigir o erro.
- C A omissão dos estoques finais não afeta a apuração do lucro bruto.
- D A falta de registro dos estoques finais pode resultar em uma base de cálculo incorreta para o ICMS.
- E A empresa pode registrar os estoques finais em exercícios seguintes sem implicações fiscais e contábeis.

Questão 53

Durante uma auditoria fiscal, o auditor fiscal da SEFAZ/RR identificou que a empresa Beta S.A. havia registrado como despesa o valor de um empréstimo concedido a um de seus sócios, superior ao pró-labore e sem qualquer documentação comprobatória.

Nessa situação, com base nas práticas contábeis e no que estabelece o RICMS-RR, assinale a ação correta a ser adotada pelo auditor fiscal.

- A Reconhecer o valor como um ajuste de capital, sem implicações fiscais.
- B Considerar o valor como despesa dedutível na apuração do lucro e crédito presumido do ICMS.
- C Desconsiderar o valor na contabilidade, pois se trata de uma operação interna entre a empresa e o sócio.
- D Ajustar a contabilidade para reclassificar o valor como ativo circulante.
- E Presumir que o valor registrado como despesa é uma retirada de lucro disfarçada, sujeita à tributação do ICMS.

Questão 54

Em uma verificação fiscal realizada na empresa Gama Ltda., o auditor fiscal identificou que os lançamentos de saídas no livro fiscal estavam significativamente abaixo do montante das saídas apuradas pela aplicação de índices de rotação de estoques.

Com base no RICMS-RR, assinale a opção que apresenta como o auditor fiscal deve proceder na situação citada.

- A Considerar que as saídas subestimadas correspondem a vendas não registradas e proceder à apuração do imposto devido.
- B Solicitar que a empresa refaça os lançamentos fiscais para corrigir os valores.
- C Registrar uma advertência para que a empresa ajuste os índices de rotação de estoques utilizados.
- D Aplicar uma multa com base na diferença entre os valores registrados e os valores apurados, sem necessidade de correção e do recolhimento do imposto.
- E Ignorar a diferença apurada, pois os índices de rotação de estoques não são confiáveis.

Questão 55

Assinale a opção que apresenta corretamente o procedimento a ser adotado quando do encerramento de uma ação fiscal na qual não forem constatadas irregularidades, de acordo com o RICMS-RR.

- A Lavratura do Termo de Conclusão de Fiscalização informando a inexistência de irregularidades.
- B Não há necessidade de qualquer ação adicional se não houver irregularidades.
- C Emissão de relatório simples e arquivamento do processo.
- D Envio de notificação registrada ao contribuinte informando o encerramento da fiscalização.
- E Finalização da fiscalização sem necessidade de qualquer documento formal.

Questão 56

Com base no RICMS-RR, julgue os itens subsequentes.

- I Em casos de apreensão de mercadorias, a liberação pode ser concedida mediante depósito do valor correspondente ao imposto, multa e demais acréscimos legais.
- II A fiscalização pode ser repetida em relação a um mesmo fato ou período de tempo enquanto não houver decaído o direito de lançar o tributo ou de impor penalidade.
- III O Regime Especial de Controle e Fiscalização pode ser imposto a um contribuinte por tempo indeterminado até que as obrigações tributárias sejam normalizadas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 57

Julgue os itens seguintes, de acordo com o RICMS-RR.

- I A fiscalização do ICMS pode ser exercida sobre todas as pessoas, naturais ou jurídicas, sejam elas contribuintes ou não, mesmo que gozem de imunidade ou isenção.
- II O auditor fiscal pode lavrar um Termo de Início de Fiscalização sem a necessidade de exibir sua identidade funcional ao contribuinte.
- III Todas as pessoas sujeitas à fiscalização, inclusive as que gozam de imunidade ou isenção, são obrigadas a manter sob sua guarda os livros e documentos fiscais pelo prazo mínimo de 5 anos, contados do exercício seguinte ao do encerramento dos livros, da emissão dos documentos ou enquanto não decair o direito da fazenda pública constituir o crédito tributário.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Questão 58**

Acerca do Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima – Decreto n.º 16.266/2013, assinale a opção correta.

- A À Coordenadoria de Inteligência Fiscal compete fixar as normas e procedimentos relacionados com a administração tributária.
- B A adoção de providências de enfrentamento à fraude tributária é uma das atribuições do Departamento da Receita (DEPAR).
- C Conferir, homologar, processar e controlar os cadastros dos contribuintes, bem como conceder o número de inscrição no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) é uma competência da Divisão de Informações Econômico-Fiscais (DIEF).
- D Cabe à Divisão de Fiscalização de Estabelecimentos (DIFIS) formalizar o crédito tributário e aplicar penalidades, em conformidade com os programas e projetos de ação fiscais aprovados pelo secretário de Estado da Fazenda.
- E A Divisão de Tributação (DITRI), subordinada diretamente à Diretoria da Receita, tem por finalidade promover e controlar as atividades relacionadas à administração e cobrança dos tributos estaduais.

Questão 59

De acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima, aos postos fiscais compete

- A acompanhar a execução da política tributária e estudar seus efeitos na economia do Estado.
- B sugerir ações direcionadas à segurança orgânica e ativa.
- C realizar a abordagem, a pesagem e a inspeção dos veículos de cargas que transitam por estas unidades de fiscalização.
- D atender ao contribuinte e orientá-lo quanto ao cumprimento de obrigações tributárias.
- E receber, conferir e protocolizar requerimentos, guias e demais expedientes apresentados pelos contribuintes.

Questão 60

Nos termos do Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima, proceder ao saneamento e preparo de autos de infração para formalização de Processo Administrativo Fiscal é uma das competências

- Ⓐ da Divisão de Informações Econômico-Fiscais (DIEF), subordinada diretamente ao Departamento da Receita.
- Ⓑ da Divisão de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (DFMT), subordinada diretamente ao Departamento da Receita.
- Ⓒ da Divisão de Tributação (DITRI), subordinada diretamente ao secretário de Estado da Fazenda.
- Ⓓ das Agências de Rendas, subordinadas diretamente à Diretoria do Departamento da Receita.
- Ⓔ da Divisão de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (DFMT), subordinada diretamente ao secretário de Estado da Fazenda.

Questão 61

Com base no Código de Ética do Servidor Fazendário do Estado de Roraima (CEFER) – Decreto n.º 11.969/2010, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Procedimento Simplificado consiste de instrumento por meio do qual as dissonâncias em relação aos dispositivos do CEFER são apuradas.
- Ⓑ Ato Dissonante Ético (ADC) é todo ato praticado em concordância com os condicionantes éticos elencados nos arts. 4.º, 5.º e 11 do CEFER.
- Ⓒ Ética corresponde ao conjunto de valores morais que norteiam a conduta humana ideal e que promovem e desenvolvem o ser humano e sua consciência cidadã na sua forma mais pura.
- Ⓓ Uma vez que a ética se assemelha à disciplina, a dissonância ética se encerra com a lavratura de um Termo de Ajustamento de Conduta.
- Ⓔ Moral é o conjunto de atos capazes de traduzir os usos e os costumes que agregam valor para uma entidade, uma categoria ou para a sociedade.

Questão 62

De acordo com o CEFER, constitui elemento norteador da ética fazendária

- I evitar a prestação de serviços profissionais ao contribuinte ou cliente, exceto nas hipóteses previstas em lei.
- II evitar a prática de ato lesivo à honra de qualquer pessoa e(ou) o uso de artifício para obter proveito ilícito.
- III o cumprimento irrestrito dos dispositivos legais inerentes à atividade fazendária, tendo em conta que ao fazendário é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 63

Acerca da Corregedoria Fazendária, criada pela Lei n.º 773/2010, julgue os itens subsequentes.

- I À Corregedoria Fazendária compete acompanhar o desempenho funcional, profissional, moral e ético do servidor da Secretaria de Estado da Fazenda, na sua área de atuação.
- II Nos casos de incompatibilidade ou ausência dos chefes das câmaras, a Corregedoria Fazendária poderá contar com uma comissão temporária para suprir tal lacuna.
- III O exercício dos cargos de corregedor-geral e chefes das três câmaras poderá ser ocupado por qualquer servidor de carreira do Estado.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 64

Julgue se cada item a seguir configura atribuição da Corregedoria Fazendária.

- I Acompanhar a inspeção e correção dos trabalhos de fiscalização e arrecadação dos tributos estaduais inclusive junto a contribuintes.
- II Sugerir medidas necessárias à racionalização e eficiência dos serviços fazendários, assessorando o secretário de Estado da Fazenda nas questões de natureza disciplinares.
- III Instalar sindicâncias para apurar responsabilidades por desvio de conduta, a partir de denúncias ou representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.
- IV Adotar medidas visando assegurar o perfeito funcionamento das Câmaras e demais órgãos da Corregedoria Fazendária, assim como expedir os atos administrativos necessários às suas atribuições legais.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I, II e III estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 65

Quanto ao Contencioso Administrativo Fiscal – Lei n.º 072/1994, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Contencioso Administrativo Fiscal, com sede em Roraima, integra a estrutura da secretaria da fazenda, no âmbito de órgão setorial.
- Ⓑ Compete à Secretaria de Receita do Estado de Roraima a representação dos interesses do estado junto ao Contencioso Administrativo Fiscal.
- Ⓒ O Contencioso Administrativo Fiscal será dirigido por um presidente e por um vice-presidente, escolhidos pelo chefe do Poder Executivo para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, não sendo admitida a recondução.
- Ⓓ O Contencioso Administrativo Fiscal compõe-se, em 1.ª instância, do Conselho de Recursos Fiscais.
- Ⓔ Tanto no processo simples de restituição de ICMS quanto no processo especial de restituição de ICMS, compete ao Contencioso Administrativo Fiscal decidir, por via administrativa, as questões tributárias decorrentes da relação jurídica em que o Estado seja parte.

Questão 66

Acerca de prazos dos atos processuais, julgue os itens seguintes.

- I Ato: despacho de mero expediente para a prática de qualquer outro ato de secretaria, inclusive juntada ao processo do comprovante de intimação / prazo: 48 horas.
- II Ato: remessa do processo transitado em julgado em primeira instância pela Divisão de Procedimentos Administrativos Fiscais para a Secretaria Geral do Contencioso Administrativo Fiscal / prazo: 5 dias.
- III Ato: interposição de recurso voluntário ou liquidação do crédito tributário no processo de rito ordinário / prazo: 30 dias.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 67

Quanto ao procedimento fiscal, assinale a opção correta.

- A A critério da autoridade competente a que estiver subordinado, poderá o funcionário encarregado da ação fiscal exceder o prazo de 120 dias de conclusão do procedimento fiscal em até 180 dias.
- B Para os efeitos da solidariedade, deverá ser juntado ao respectivo processo administrativo fiscal o termo ou declaração de fiança e(ou) fiel depositário das mercadorias.
- C A validade dos procedimentos será de trinta dias e sua prorrogação deverá ser registrada por qualquer ato escrito, em que se cientifique o interesse da prorrogação.
- D A lavratura do termo de início de fiscalização não exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores.
- E Nos casos de responsabilidade solidária por infração à legislação tributária, caberá ao executor dos atos de fiscalização dar ciência aos corresponsáveis unicamente por via pessoal.

Questão 68

Quanto ao procedimento contraditório, assinale a opção correta.

- A Os erros de grafia ou de cálculos existentes no documento de constituição do crédito tributário ou nas decisões ao Contencioso Administrativo Fiscal somente poderão ser corrigidos de ofício.
- B A relação contenciosa administrativa é instaurada exclusivamente pela impugnação à exigência do crédito tributário.
- C A revelia impede a presença da parte no feito, vedada a reabertura de fases preclusas.
- D O procedimento poderá ser extinto pela anistia, quando o crédito tributário se referir apenas a multa.
- E O impugnante deverá depositar em dinheiro, na fase final do processo, o total atualizado do valor em litígio, nos termos da legislação pertinente, para elidir a incidência de atualização monetária a partir da efetivação do depósito.

Questão 69

Quanto à organização da carreira do fisco estadual, de acordo com a Lei n.º 008/1994, assinale a opção correta.

- A A remuneração dos cargos da carreira do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (Grupo TAF) compreende o vencimento e as vantagens pecuniárias, sendo que as reposições e os ressarcimentos devidos à Fazenda Pública serão descontados em valores não superiores a 20% (vinte por cento) da remuneração.
- B O auditor fiscal de tributos estaduais é a autoridade administrativa competente para, privativamente, exercer a fiscalização e efetuar o lançamento dos tributos estaduais, ressalvados os casos de emissão de parecer em processos de consulta e de regime especial.
- C Compete à procuradoria-geral do Estado a lotação, remoção e designação dos servidores do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (Grupo TAF) pelos diversos órgãos e setores da administração fazendária estadual.
- D A avaliação para fins de progressão e promoção por merecimento será procedida por comissão formada pelos chefes de Divisões do Departamento da Receita e por 3 (três) representantes indicados pelo secretário de estado da fazenda.
- E A Gratificação de Estímulo à Produtividade (GEP) será apurada na forma de pontos e se o servidor vier a auferir no mês quantidades de pontos superiores ao limite permitido para pagamento mensal da GEP, os pontos excedentes serão computados no cálculo da gratificação a que fizer jus nos meses subsequentes.

Questão 70

Quanto à responsabilidade funcional do ocupante de cargo do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (Grupo TAF), assinale a opção correta.

- A Nos casos de violação intencional do dever funcional, a suspensão não excederá a 90 (noventa) dias e acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- B A repreensão será feita, por escrito, nos casos de desatendimento por determinação dos dirigentes dos órgãos da administração superior da Secretaria de Estado da Fazenda.
- C Será obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão e facultativa nos casos de demissão e cassação de aposentadoria.
- D É proibido o desvio de função, sendo responsabilizado o superior que cometer a funcionário atribuições diversas das específicas de seu cargo, ressalvados os casos em que o superior apresente justificativa.
- E É proibida a cassação de aposentadoria do integrante do Grupo TAF inativo pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão.